

AS MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS DAS CIDADES POTIGUARES

Eliene Carvalho da Silva

Edmar Peixoto de Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em discutir as motivações evidenciadas nas denominações das cidades do Estado do Rio Grande do Norte, considerando as informações publicizadas no *site* oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades. Intentamos responder à seguinte indagação: de que maneira essas escolhas lexicais são influenciadas pelos fenômenos culturais da região? A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica e da Toponímia, sobretudo, nas contribuições do modelo taxionômico de Dick (1990). Os resultados indicam que as denominações das cidades são motivadas, semanticamente, tanto pelas taxionomias de natureza física quanto antropocultural. Vale salientar que a *taxe* do antropotopônimo, de natureza antropocultural, e o hidrotopônimo, de natureza física, são as duas *taxes* que mais se destacam no *corpus*.

Palavras-chave: Toponímia; léxico; denominações; cidades.

Abstract

The objective of this work is to discuss the motivations evidenced in the names of cities in the State of Rio Grande do Norte, considering the informations published on the official website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE Cities. We try to answer the following question: what way are these lexical choices influenced by cultural phenomena in the region? The research is based on the theoretical-methodological assumptions of Semantics and Toponymy, above all, on the contributions of Dick's taxonomic model (1990). The results indicate that the names of cities are semantically motivated by taxonomies of a physical and anthropocultural nature. It is worth noting that the *taxe* of the anthropotoponym, of an anthropocultural nature, and the hydrotoponym, of a physical nature, are the two *taxes* that stand out the most in the *corpus*.

Keywords: Toponymy; lexicon; denominations; cities.

INTRODUÇÃO

A construção investigativa deste trabalho parte do pressuposto de que o processo de denominação de um lugar não ocorre de forma aleatória, uma vez que, a preferência por um designativo tende a aproximar-se dos elementos que fazem parte da vida da comunidade. Nesse sentido, essas escolhas nominais revelam a existência de marcos pertinentes, registrados na memória da população, evidenciados por meio dos fatos históricos, do registro de pessoas importantes para a região ou mediante as paisagens que influenciam o surgimento do lugar.

Diante dessa pressuposição, neste trabalho, aludimos aos preceitos teórico-metodológicos dos estudos toponímicos, visto que essa é uma ciência que viabiliza aportes relacionados às contribuições linguísticas, como ferramenta importante no processo de compreensão de tais designações. A Toponímia considera, nesse caso, em seu percurso investigativo, os contextos históricos e geográficos suscitados nessas nomeações, já que as escolhas lexicais podem também ser motivadas por esses elementos. Sendo assim, investigar os topônimos significa percorrer um

caminho importante, já conhecido pela comunidade, que, por sua vez, mobiliza uma infinidade de itens lexicais, repletos de valores semânticos reveladores dos costumes de um povo.

A Toponímia, considerada de natureza interdisciplinar, estabelece interfaces com outras áreas do conhecimento, entre as quais, destacamos: História, Antropologia, Geografia, Psicologia, Linguística e Semântica Cultural. Essa afinidade, materializada nas inter-relações teóricas, considera os diversos saberes e favorece estudos que possibilitam o resgate da memória cultural das comunidades, que, por muitas vezes, fica esquecida no tempo e pode comprometer os registros oficiais da história de um povo. Percebemos que, por meio da denominação de um lugar, é possível acessar dados sobre a origem do local e informações essenciais para a construção das identidades linguística e cultural dessa comunidade. Além desses dados, outro fator importante para os estudos, é o período em que os relatos acontecem, que oportuniza, por meio das marcas históricas, o acesso ao entendimento dos costumes e das crenças de uma época, atentando para a importância desses fatores culturais no ato de nomear o lugar.

Assim sendo, este trabalho objetiva investigar em que dimensão as escolhas lexicais utilizadas nas denominações das cidades potiguares são influenciadas pelas questões culturais, que circundam os lugares denominados, considerando, para isso, os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da Toponímia. Para alcançarmos esse propósito, fundamentamo-nos teoricamente em Cançado (2008), Ferrarezi Júnior (2012; 2018), Ferrarezi Júnior & Basso (2013), Dick (1990; 2006), entre outros pesquisadores que orientam os posicionamentos delineados nesta investigação.

Diante de tais ponderações, as discussões tratadas nesta pesquisa, a nosso ver, possibilitam um maior entendimento sobre as influências léxico-culturais locais, retratadas nas escolhas dos designativos. Perante essa compreensão, na seção seguinte, expomos a historicização do estado potiguar, com destaque para os marcos que foram relevantes no processo de seleção lexical, evidenciados por meio das denominações dos lugares.

Contextualização histórica do estado do Rio Grande do Norte

Eleger o estado norte-rio-grandense como lócus desta pesquisa se justifica pelo contexto histórico que se apresenta de grande importância para a compreensão dos relatos cronológicos de acontecimentos que envolvem os nomes das cidades. Assim, em 1501, um ano depois do descobrimento do Brasil, Gaspar de Lemos, navegador português, retorna ao solo brasileiro com uma expedição exploradora e ataca no litoral potiguar, mais precisamente, nas terras onde hoje é a cidade de Touros e finca o marco de posse, como uma forma de assegurar à propriedade das terras aos portugueses. Com uma posição geográfica privilegiada, o Rio Grande do Norte se torna o ponto estratégico para o reabastecimento dos navios portugueses, ficando conhecido como “a esquina do Brasil”.

De início, sob o comando de João de Barro, a capitania do Rio Grande não prospera, devido ao contrabando de pau-brasil realizado por indígenas, aliados aos franceses, que leva ao insucesso da colonização. Anos mais tarde, os filhos de João de Barros tentam repovoar a região potiguar, porém são novamente rechaçados pelos nativos.

No ano de 1597, em uma nova expedição, comandada por Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque, os portugueses conseguem retomar as terras potiguares e dão início à construção de um monumento com grandes muralhas, cujo objetivo é abrigá-los e protegê-los dos ataques indígenas. De acordo com Trindade (2010, p. 41), “[a] bela fortaleza, cuja planta se deve ao jesuíta espanhol Gaspar de Samperes, engenheiro na Espanha e em Flandres antes de ingressar na Companhia de Jesus, foi feita originalmente em taipa (barro e varas)”. Por apresentar pouca segurança, devido ao tipo de material utilizado na construção, o rei Felipe III ordenou a reconstrução do forte, anos depois, para que assim, cumprisse de fato o papel de abrigar as tropas portuguesas e protegê-las de ataques de invasores.

Esse monumento, denominado Fortaleza dos Reis, torna-se o local do início do povoamento que seria mais tarde chamada de Cidade dos Reis. Nesse contexto, surge a cidade de Natal, cuja denominação deve-se ao fato de sua fundação ocorrer em 25 de dezembro de 1599, data da comemoração do Natal cristão. A cidade, posteriormente, passa a ser a capital do Rio Grande do Norte.

Ainda nesse período, a capitania do Rio Grande se mostra fragilizada, sem o apoio dos nativos para a defesa do território potiguar. A Holanda, aproveitando-se dessa vulnerabilidade, ocupa o território em 1633, sendo o marco dessa ocupação o massacre ocorrido em 1645, nos engenhos de Uruaçu e Cunhaú. O grupo liderado pelo alemão Jacob Rabbi, a serviço dos holandeses e acompanhado por tropas indígenas da tribo Tapuias, assassina cerca de 150 pessoas, com requintes de crueldade.

Somente em 1654, os holandeses são expulsos sob forte resistência indígena e, após essa expulsão, no século XVII, começa a missão de expandir a povoação para o interior na busca por terras para a criação de gado. A partir desse novo momento, vivido pelos potiguares, inicia-se a criação das vilas, o que ajudou no processo de organização social da província do Rio Grande.

A instituição das primeiras vilas estava diretamente ligada ao doutrinamento da religião cristã, em que os moradores eram convidados a participar de uma celebração, com ritual oficial do governo colonial, e seguir, rigorosamente, as ordens reais. Essa determinação também era aplicada aos índios, pois mesmo sendo considerados livres, estavam diretamente presos às condições impostas por Portugal, como, por exemplo, mandar os filhos para a escola das vilas e frequentar as missas. Nesse contexto de servidão, foram criadas as primeiras vilas, Extremoz e Arês, cuja denominação é uma homenagem às cidades portuguesas da Vila de Alentejo.

Dando sequência à formação de novas vilas, no ano de 1761, e seguindo o mesmo formato de organização ocupacional, de acordo com Teixeira (2017), foram oficialmente criadas as vilas de Portalegre, sendo, também, uma homenagem às terras portuguesas. A vila de São José do Rio Grande, atualmente, São José do Mipibu, foi dispensada de agraciar as vilas do Alentejo em Portugal, condecorando, dessa vez, um filho ilustre, o príncipe português que nascera três meses antes da criação da vila. Sob o comando do Juiz de Fora Castelo Branco, a última vila, denominada de Vila Flor, agracia um distrito de Bragança, em Portugal.

É apenas no século XIX que a capitania do Rio Grande ganha o denominativo atual Rio Grande do Norte. O acréscimo da expressão “do Norte” emerge, nesse contexto, com a função particularizadora, cuja finalidade consiste em diferenciar a capitania do Estado do Rio Grande do

Sul, localizado no extremo sul do Brasil. Segundo o IBGE Cidades, atualmente, o Rio Grande do Norte é constituído por 167 municípios, em uma área de 52.811,107 km².

Efetuosos tais esclarecimentos, finalizamos o percurso histórico da contextualização do estado do Rio Grande do Norte, e, na seção seguinte, expomos os delineamentos teóricos, com vistas a justificar os posicionamentos apresentados neste trabalho, textualizados na inter-relação entre os aspectos semânticos e os toponímicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Semântica é a área do conhecimento que se propõe a estudar o significado linguístico mobilizado pelo uso das palavras e das sentenças, considerando, além dos aspectos culturais, a composição dos enunciados. Com base nesse entendimento, é a Semântica Cultural, a vertente desses estudos que elege, especificamente como objeto de observação, a relação de sentidos entre língua e cultura, verificando, sobretudo, a forma como esses aspectos interferem na constituição dos enunciados linguísticos. Portanto, esse campo de investigação materializa a interface entre os elementos lexicais e os aspectos histórico-culturais de um povo.

Ao recorrer a essa vertente teórica, os estudos têm como finalidade a compreensão da língua, por intermédio do léxico, que se concretiza nas práticas de linguagem, e o entendimento da função desse item, como um elemento influenciador, evidenciado na denominação das cidades. Nesse caso, a necessidade de nomear as coisas, vinculando-as à representação cultural, demonstra como os elementos linguístico-culturais são essenciais no processo de construção de sentidos do léxico.

Partindo desse entendimento, Ferrarezi Júnior & Basso (2013) afirmam que a língua natural representa os elementos da organização cultural, influenciando a comunidade no processo de compreensão das condições culturais envolvidas nas relações. A vinculação entre língua e cultura está atrelada ao contexto e ao sujeito enunciativo, que, por sua vez, demonstra uma realidade discursiva reconhecida socialmente e partilhada pela comunidade, modificando, possivelmente, a maneira como os falantes compreendem o mundo ao seu redor.

Sob essa perspectiva, os preceitos da Semântica Cultural fundamentam o presente trabalho por ressaltar que a língua e a cultura estão imbricadas. Contudo, vale salientar que não é porque as pessoas de uma comunidade compartilham o mesmo lugar ou as mesmas manifestações linguísticas, que se pode considerá-las como pertencentes à mesma cultura. A ideia de fazer parte de um grupo social está vinculada à noção de partilhar valores, crenças, costumes e saberes que orientam a convivência e induz a forma de agir em comunidade.

Em virtude de tal entendimento e com o propósito de realizar investigações que oportunizem essa compreensão, emergem os pressupostos teóricos da Onomástica, também conhecida como a ciência dos nomes e que elege, como objeto de estudos, as denominações conferidas aos nomes de lugares (topônimos) e de pessoas (antropônimos). Nesse seguimento, enquanto o topônimo se refere às designações nominais, indicando como elemento motivador a paisagem natural evidenciada na construção do nome; o antropônimo trata da definição do nome do sujeito,

considerando, para tanto, as propriedades que o distinguem e o tornam singular, no contexto de uso.

Com base nessas questões, a descrição proposta por Dick (2007), sobre a Onomástica, é tomada nesta pesquisa como ponto norteador, sobretudo, quando a autora trata das tentativas de contextualização das denominações, observando a ideia de coletividade e reconhecendo as atribuições do sujeito que realiza a ação de nomear. Ainda segundo a autora, a ciência que estuda os nomes figura como uma área essencial para o entendimento comportamental do sujeito, considerando nesse processo, a conduta linguística do indivíduo perante a coletividade. Em função desse posicionamento, as falas de uma época histórica e o cotidiano retratado na valorização dessa comunidade contribuem para se compreender os símbolos culturais, que, por sua vez, estão estritamente imbricados no ato denominativo.

Assim, o processo de investigação dos topônimos revela aspectos motivadores presentes na escolha de um nome, que podem também encaminhar o pesquisador para a realização da análise histórica, visto que o denominativo aponta características de subjetividade do sujeito, possibilitando ainda, a visibilidade dessas características, materializadas na coisa nomeada. Por essa razão, esses estudos se vinculam ao campo das significações, instigando a desconstrução da ideia de uma ação de nomear, que tenha bases motivacionais totalmente desconhecidas.

Nesse sentido, os estudos da Onomástica e o contexto de uso do léxico revelam confluências entre os elementos culturais da comunidade linguística, que orientam os critérios motivadores para o uso de determinadas escolhas lexicais, concretizado por meio do denominativo de um lugar ou de uma pessoa. Sobre essa distinção, Carvalhinhos (2007, p. 304) acrescenta que “estabelecidos como topônimos ou antropônimos, é comum haver a migração de um para outro, com aproveitamento do nome na nova categoria”. Sob essa perspectiva, a identificação de nomes de pessoas na denominação de lugares, ou o contrário, figura como um comportamento linguístico comum, sobretudo quando nos deparamos com os dados obtidos com a presente investigação.

Constatamos, portanto, que os fatores culturais e linguísticos se configuram em dimensões motivadoras das escolhas toponímicas. Essa área de estudos do léxico, pois, considera, entre outros aspectos, em sua totalidade, os valores coletivos, as memórias construídas no decorrer da história e as influências lexicais que cercam o indivíduo ou o grupo comunitário. Esses elementos são considerados essenciais, na medida em que a comunidade se torna responsável por apresentar o mais “novo” espaço, recorrendo para isso, muitas vezes, a convicções e emoções partilhadas coletivamente.

Alicerçadas nesses preceitos, inferimos que, para nortear pesquisas dessa natureza, torna-se imprescindível, como ponto de partida, recorrer às categorias toponímicas propostas por Dick (1990), para o desenvolvimento da investigação. Assim sendo, aludimos aos posicionamentos da autora, que aponta as categorias de natureza semântica, física ou antropocultural, como norteadoras no processo de classificação toponímica. Contudo, considerando o caráter variável da língua, cuja possibilidade de adequação aos contextos figura como base para a construção de novos vocábulos e/ou sentidos, não seria adequado limitar o percurso investigativo e considerar, somente, o processo de classificação já existente.

Assim, as categorias toponímicas, propostas por Dick (1990), facilitam o processo de descoberta das motivações, quando da tentativa de encontrar respostas que justifiquem as escolhas

dos nomes, muitas vezes, condicionadas pelos fatores psicológicos e geográficos. É na percepção da realidade, observada pelo viés de uma comunidade, de um povo ou pela lente do denominador, que as características dos lugares são reveladas por meio dos topônimos.

Portanto, é primordial, a compreensão de que há constantemente a necessidade de novas denominações e, conseqüentemente, novas classificações taxionômicas, já que o espaço geográfico e social está em contínua transformação. Por isso, ampliar as categorias propostas, na tentativa de encontrar respostas que justifiquem as escolhas, ainda em processo de investigação, não pode deixar de ser cogitada, em um trabalho que se propõe a inventariar as motivações semânticas que fomentam as denominações. Essa proposição consiste em uma possibilidade de continuidade dos estudos percorridos neste trabalho.

Em vista disso e com o intuito de esclarecer o caminho percorrido para o desenvolvimento desta pesquisa, expomos, na próxima seção, os preceitos metodológicos delimitados para o trabalho.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos empregados para a coleta dos dados do *corpus* desta pesquisa consistem na busca por informações históricas sobre as cidades potiguares, considerando, também, as denominações toponímicas e os elementos motivadores para o registro dos nomes dos municípios. Para tal empreendimento, a pesquisa toma por base o conjunto de dados evidenciados pelo IBGE Cidades¹, tais como: mapas, lista dos nomes das cidades, total de habitantes, fatos históricos e panorama dos municípios.

Metodologicamente, organizamos os dados em uma tabela, registrando todas as cidades pertencentes ao estado do Rio Grande do Norte, com destaque para a divisão dos municípios por mesorregião. Esse processo de disposição das informações facilitou a visualização dos dados, impulsionando uma observação mais detalhada e, conseqüentemente, oportunizando um panorama geral da pesquisa. Após a catalogação dessas cidades e, com base nessa divisão, de acordo com a justificativa apresentada pelo IBGE, torna-se mais fácil entender as diversas formas geográficas dos municípios, considerando as características físicas, humanas e econômicas que envolvem os lugares.

De posse dessa organização dos dados, recorreremos à construção da ficha lexicográfica-toponímica, cuja função figura em ordenar as informações sobre cada cidade. Para essa sistematização, optamos por contemplar nessas fichas, os seguintes dados: (i) a mesorregião a que pertence o município analisado; (ii) o topônimo que nomeia a cidade; (iii) a taxionomia, que pode ser de natureza física ou antropocultural e, por fim, (iv) a nota histórica, que consiste nas informações explicativas sobre os fatos históricos, políticos e sociais que motivam, a nosso ver, as escolhas toponímicas das cidades potiguares. Convém destacar, que esse procedimento metodológico se configura como necessário em um trabalho toponímico, embora neste artigo, essa ficha não se constitua em objeto de investigação e, portanto, não detalharemos sua composição.

Com relação ao estado do RN, atualmente, é composto por 167 municípios, que estão divididos em quatro mesorregiões, conforme salientamos em etapas anteriores deste trabalho. Essa

divisão foi realizada pelo IBGE, na década de 1980 e classifica-se em: i) a mesorregião Leste Potiguar (25 cidades); ii) Oeste Potiguar (62 cidades); iii) Agreste Potiguar (43 cidades) e iv) Central Potiguar (37 cidades).

Com base na classificação taxionômica proposta por Dick (1990), apresentamos os topônimos potiguares, atendendo ao critério de divisão das cidades por mesorregiões. Essa organização nos possibilita afirmar que os topônimos do estado do Rio Grande do Norte se constituem pelas marcas linguísticas advindas dos acidentes naturais geográficos e dos aspectos humanos envolvidos nestas denominações. Sendo assim, no Quadro 1, expomos os topônimos que pertencem à mesorregião Oeste Potiguar com os respectivos municípios.

Quadro 1. Oeste Potiguar.

Municípios	Taxionomias de natureza física	Taxionomia de natureza antropocultural
Areia Branca	Litotopônimo	
Baraúna	Fitotopônimo	
Grossos	Dimensiotopônimo	
Mossoró		Etnotopônimo
Serra do Mel	Geomorfotopônimo	
Tibau	Hidrotopônimo	
Apodi	Geomorfotopônimo	
Caraúbas	Fitotopônimo	
Felipe Guerra		Antropotopônimo
Governador Dix-Sept Rosado		Axiotopônimo
Campo Grande	Dimensiotopônimo	
Janduís	Hidrotopônimo	
Messias Targino		Hierotopônimo
Paraú	Hidrotopônimo	
Triunfo Potiguar		Animotopônimo
Upanema	Hidrotopônimo	
Alto do Rodrigues	Dimensiotopônimo	
Açu	Dimensiotopônimo	
Carnaubais	Fitotopônimo	
Ipanguaçu	Hidrotopônimo	
Itajá	Litotopônimo	
Jucurutu	Zootopônimo	
Pendências		Animotopônimo
Porto do Mangue		Sociotopônimo
São Rafael		Hagiotopônimo
Água Nova	Hidrotopônimo	
Coronel João Pessoa		Axiotopônimo
Doutor Severiano		Axiotopônimo
Encanto		Animotopônimo
Luís Gomes		Antropotopônimo
Major Sales		Axiotopônimo
Riacho de Santana	Hidrotopônimo	
São Miguel		Hagiotopônimo
Venha-Ver		Dirrematopônimo
Alexandria		Antropotopônimo
Francisco Dantas		Antropotopônimo

Itaú	Litotopônimo	
José da Penha		Antropotopônimo
Marcelino Vieira		Antropotopônimo
Paraná	Hidrotopônimo	
Pau dos Ferros	Fitotopônimo	
Pilões		Ergotopônimo
Portalegre	Morfotopônimo	
Rafael Fernandes		Antropotopônimo
Riacho da Cruz	Hidrotopônimo	
Rodolfo Fernandes		Antropotopônimo
São Francisco do Oeste		Hagiotopônimo
Severiano Melo		Antropotopônimo
Taboleiro Grande	Morfotopônimo	
Tenente Ananias		Axiotopônimo
Viçosa		Animotopônimo
Almino Afonso		Antropotopônimo
Antônio Martins		Antropotopônimo
Frutuoso Gomes	Fitotopônimo	
João Dias		Antropotopônimo
Lucrecia		Antropotopônimo
Martins		Antropotopônimo
Olho D'Água dos Borges		Somatopônimo
Patu	Litotopônimo	
Rafael Godeiro		Antropotopônimo
Serrinha dos Pintos	Geomorfotopônimo	
Umarizal	Fitotopônimo	

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Dick (1990).

Observemos, pois, que os topônimos das cidades que compõem a primeira mesorregião do estado, denominada de Oeste Potiguar, apresentam um quantitativo semelhante entre as taxas de natureza física e antropocultural. Nessa mesorregião, o destaque é atribuído à taxionomia antropotopônimo, de natureza antropocultural, que considera o nome próprio de pessoas como elemento motivador para a nomeação dos lugares. Esse dado pode revelar o quanto as figuras ilustres foram e são necessárias ao desenvolvimento destes municípios. Constatamos, também, no que se refere às taxionomias de natureza física, a presença do hidrotopônimo, que se configura em um fator importante, visto que, essa taxa reflete a presença dos componentes hidrográficos nos nominativos das cidades, que, também, figura como fundamental para o desenvolvimento da região. Em seguida, apresenta-se o Quadro 2, que representa os topônimos, viabilizados pelos denominativos das cidades, pertencentes à mesorregião Central Potiguar.

Quadro 2. Central Potiguar.

Municípios	Taxionomias de natureza física	Taxionomia de natureza antropocultural
Caiçara do Norte	Fitotopônimo	
Galinhos	Zootopônimo	
Guamaré	Hidrotopônimo	
Macau	Zootopônimo	
São Bento do Norte		Hagiotopônimo

Afonso Bezerra		Antropotopônimo
Angicos	Fitotopônimo	
Caiçara do Rio do Vento	Fitotopônimo	
Fernando Pedroza		Antropotopônimo
Jardim de Angicos	Fitotopônimo	
Lajes	Litotopônimo	
Pedra Preta	Litotopônimo	
Pedro Avelino		Antropotopônimo
Bodó	Zootopônimo	
Cerro Corá	Geomorfotopônimo	
Florânia	Fitotopônimo	
Lagoa Nova	Hidrotopônimo	
Santana do Matos	Fitotopônimo	
São Vicente		Hagiotopônimo
Tenente Laurentino Cruz		Axiotopônimo
Caicó	Zootopônimo	
Ipueira	Hidrotopônimo	
Jardim de Piranhas	Fitotopônimo	
São Fernando		Hagiotopônimo
São João do Sabugi		Hagiotopônimo
Serra Negra do Norte	Geomorfotopônimo	
Timbaúba dos Batistas	Fitotopônimo	
Acari	Zootopônimo	
Carnaúbas dos Dantas	Fitotopônimo	
Cruzeta		Ergotopônimo
Currais Novos		Sociotopônimo
Equador	Cardinotopônimo	
Jardim do Seridó	Fitotopônimo	
Ouro Branco	Litotopônimo	
Parelhas		Sociotopônimo
Santana do Seridó	Fitotopônimo	
São José do Seridó		Hagiotopônimo

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Dick (1990).

Os resultados expostos no Quadro 2, que ilustra os topônimos vinculados à mesorregião Central Potiguar, revelam a presença, em maior produtividade, da taxionomia de natureza semântica física em relação à taxa antropocultural. A taxa evidenciada como relevante, nessa mesorregião, relaciona-se ao registro da taxionomia dos fitotopônimos, confirmando, a nosso ver, que a presença da flora se configura como fundamental para a constituição dos povos e, conseqüentemente, para a fundação dos logradouros. Esses dados, portanto, indicam o imbricamento nas relações entre o homem e a natureza. No Quadro 3, as informações toponímicas retratam aspectos da mesorregião Agreste potiguar.

Quadro 3. Agreste Potiguar.

Municípios	Taxionomias de natureza física	Taxionomia de natureza antropocultural
Bento Fernandes		Antropotopônimo
Jandaíra	Zootopônimo	
João Câmara		Antropotopônimo
Parazinho		Corotopônimo
Poço Branco	Hidrotopônimo	
Barcelona		Corotopônimo
Campo Redondo	Dimensiotopônimo	
Coronel Ezequiel		Axiotopônimo
Jaçanã	Zootopônimo	
Japi	Zootopônimo	
Lagoa dos Velhos	Hidrotopônimo	
Lajes Pintadas	Litotopônimo	
Monte das Gameleiras	Geomorfotopônimo	
Ruy Barbosa		Antropotopônimo
Santa Cruz		Hagiotopônimo
São Bento do Trairí		Hagiotopônimo
São José do Campestre		Hagiotopônimo
São Tomé		Hagiotopônimo
Serra de São Bento	Geomorfotopônimo	
Sítio Novo		Poliotopônimo
Tangará	Zootopônimo	
Januário Cicco		Antropotopônimo
Bom Jesus		Animotopônimo
Brejinho	Hidrotopônimo	
Ielmo Marinho		Antropotopônimo
Jundiá	Zootopônimo	
Lagoa d'Anta	Hidrotopônimo	
Lagoa de Pedras	Hidrotopônimo	
Lagoa Salgada	Hidrotopônimo	
Monte Alegre	Geomorfotopônimo	
Nova Cruz		Cronotopônimo
Passa-e-Fica		Dirrematopônimo
Passagem		Hodotopônimo
Riachuelo		Historiotopônimo
Santa Maria		Hagiotopônimo
Santo Antônio		Hagiotopônimo
São Paulo do Potengi		Hagiotopônimo
São Pedro		Hagiotopônimo
Senador Elói de Souza		Axiotopônimo
Serra Caiada	Geomorfotopônimo	
Serrinha	Geomorfotopônimo	
Várzea	Dimensiotopônimo	
Vera Cruz		Antropotopônimo

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Dick (1990).

Na mesorregião denominada de Agreste Potiguar, os elementos motivadores estão diretamente relacionados à taxionomia de natureza antropocultural, mais precisamente, o antropotopônimo, relativo aos nomes individuais de pessoas. Essa taxa intenciona resgatar a

presença de pessoas ilustres e que foram imprescindíveis para o desenvolvimento da mesorregião, conforme destacamos neste texto. No Quadro 4, a seguir, ilustramos as taxionomias direcionadas às cidades que compõem a mesorregião Leste Potiguar.

Quadro 4. Leste Potiguar.

Municípios	Taxionomias de natureza física	Taxionomia de natureza antropocultural
Maxaranguape	Zootopônimo	
Pedra Grande	Litotopônimo	
Pureza		Animotopônimo
Rio do Fogo	Hidrotopônimo	
São Miguel do Gostoso		Hagiotopônimo
Taipu	Litotopônimo	
Touros	Zootopônimo	
Ceará-Mirim		Corotopônimo
Macaíba	Fitotopônimo	
Nísia Floresta		Antropotopônimo
São Gonçalo do Amarante		Hagiotopônimo
São José do Mipibu		Hagiotopônimo
Extremoz		Corotopônimo
Natal		Hierotopônimo
Parnamirim	Hidrotopônimo	
Arês		Corotopônimo
Baia Formosa	Hidrotopônimo	
Canguaretama	Zootopônimo	
Espírito Santo		Hierotopônimo
Goianinha	Hidrotopônimo	
Montanhas	Geomorfotopônimo	
Pedro Velho		Antropotopônimo
Senador Georgino Avelino		Axiotopônimo
Tibau do Sul	Hidrotopônimo	
Vila Flor		Poliotopônimo

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Dick (1990).

De acordo com este último quadro, deparamo-nos com a mesorregião Leste Potiguar, que expressa um quantitativo proporcional nas duas grandes *taxes*: natureza física e antropocultural. Contudo, os topônimos relacionados às águas, os hidrotopônimos, revelam-se como determinantes para as denominações das cidades norte-rio-grandenses dessa mesorregião.

Diante da classificação toponímica proposta neste trabalho é possível depreender uma visão panorâmica do processo que engloba as escolhas dos itens lexicais que nomeiam os lugares pertencentes ao estado do Rio Grande do Norte. Registramos, portanto, que os aspectos humanos e geográficos são evidenciados nos nomes desses municípios, com um quantitativo aproximado entre as *taxes* de natureza física e antropocultural. Inferimos que mediante a percepção do nomeador e das possíveis emoções evidenciadas nas escolhas dos denominativos, os topônimos norte-rio-grandenses figuram como um rico manifesto cultural. Com base nesses aspectos e na tentativa de aprofundar os posicionamentos com relação aos dados, na seção, a seguir, apontamos algumas reflexões norteadoras das informações obtidas na presente investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sintetizamos, neste trabalho, as motivações toponímicas empreendidas nas escolhas lexicais presentes nas denominações das cidades do Rio Grande do Norte, cujos resultados salientam a visibilidade do espaço geográfico e a presença dos elementos socioculturais expressos nas escolhas dos designativos. Objetivando expor um mapeamento que consiga ilustrar, de modo geral, as taxionomias identificadas na região norte-rio-grandense, apresentamos, a seguir, na Figura 1, uma distribuição numérica desses dados.

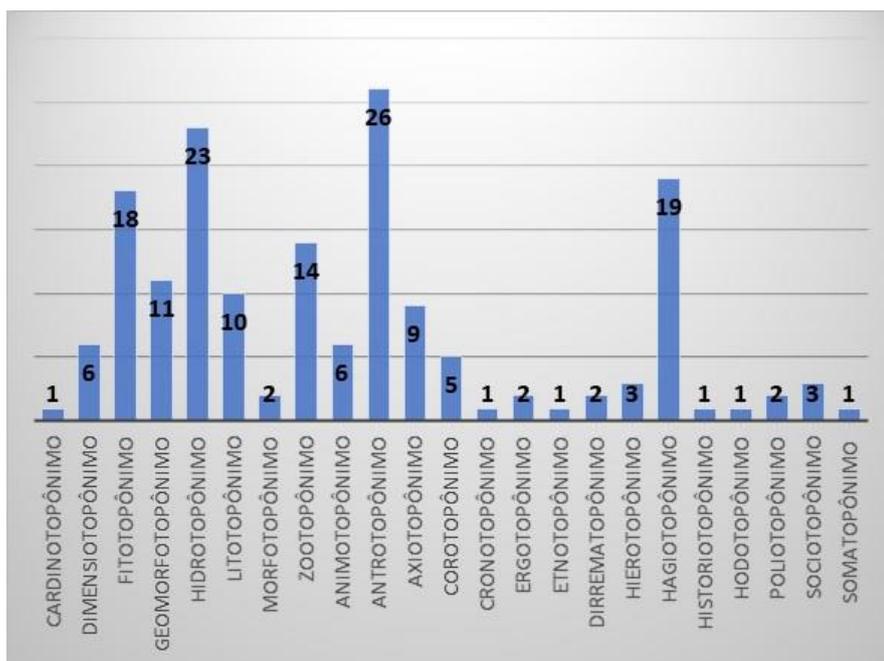


Figura 1. Distribuição numérica dos topônimos das cidades potiguares analisadas.

Elaborado pelas autoras.

Ao observarmos os números referentes às taxas de natureza física, registramos a maior ocorrência na taxionomia hidrotopônimo, com um total de vinte e três (23) municípios; em seguida, aparecem o fitotopônimo, com dezoito (18) e o zootopônimo, com quatorze (14). Já o geomorfotopônimo apresenta um quantitativo de onze (11) municípios e o litotopônimo, com dez (10). Com seis (06) cidades, aparece a denominação dimensiotopônimo; já o morfotopônimo ocorre em dois (02) municípios e com apenas uma (01) cidade aparece a taxionomia cardinotopônimo.

Nas taxionomias de natureza antropocultural, os números se equivalem, com destaque para a taxa do antropotopônimo, com vinte e seis (26) cidades. Quanto às demais, aparecem dezenove (19) cidades para a taxa do hagiotopônimo; com relação à taxionomia axiotopônimo, apontamos nove (09) municípios. Já em relação aos animotopônimos, registramos seis (06) e quanto aos corotopônimos, encontramos cinco (05) cidades; as taxas dos hierotopônimos e sociotopônimos apresentam três (03) registros cada uma.

Quando classificamos o ergotopônimo, o dirrematopônimo e o poliotopônimo, verificamos o registro de dois (02) municípios, respectivamente, para cada uma das *taxes*. E, para finalizar, apresentamos as *taxes* denominadas de cronotopônimo, etnotopônimo, historiotopônimo, hodotopônimo e somatopônimo com apenas uma (01) cidade para cada uma das classificações.

Registramos, ainda, três principais taxionomias de natureza física que motivaram as seleções denominativas dos municípios potiguares. Convém destacar que o bioma brasileiro, com suas riquezas inquestionáveis, foi um fator primordial para motivar a nomeação das cidades. Com base, portanto, nos acidentes hídricos, o pesquisador pode resgatar elementos motivadores para designar os lugares, a exemplo do nome do estado do *Rio Grande do Norte*, topônimo que, de acordo com os historiadores, recebeu essa denominação em homenagem ao rio Potengi, por se tratar de um curso d'água extenso e importante para a região. Essa informação materializa, mais uma vez, neste trabalho, o valor atribuído às águas, no desenvolvimento da região, com o registro da taxionomia do hidrotopônimo.

Indicamos também a vegetação predominante em cada região do estado como motivadora das escolhas lexicais toponímicas. Assim, inferimos quão estreita se materializa a relação entre homem e natureza, constituindo uma indiscutível realidade: a necessidade da caça, da pesca e das espécies animais para o povo e, em específico, para os potiguares. Nesse sentido, citamos a cidade de *Jucurutu*, no Oeste Potiguar, representando a *taxe* do zootopônimo.

Por fim, evidenciamos a ideia de que a paisagem geográfica se configura como essencial e determinante para a escolha denominativa na região potiguar. Em razão dessa constatação, apontamos a cidade de *Angicos*, na mesorregião Central Potiguar, confirmando a presença da vegetação no processo de construção das denominações, que se configura como fonte motivadora da toponímia brasileira. No que concerne ao estado potiguar, observamos a presença da caatinga e das árvores nativas da região, como carnaúba e umarizeiro, representadas nessa categoria taxionômica, demonstrando a importância e a altivez com que o sertão se impõe nos designativos das cidades.

Entre as taxionomias de natureza antropocultural, a mais recorrente, baseada nas cidades analisadas, é o antropotopônimo, que em sua maioria homenageia os moradores da região ou alguma pessoa importante para o estado, a saber, *Lucrécia*, na mesorregião Potiguar, por exemplo.

Conforme é apresentado por Dick (1990, p. 34), sobre a natureza do signo, “o elemento linguístico comum, revestido de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo de motivação em que, muitas vezes, torna-se possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada”. Essa escolha define o grupo social determinante para a denominação, revelando, principalmente, a forma como se idealiza o nome individual.

Outra taxionomia que apresenta aspecto motivador para a escolha lexical dos nomes próprios é o axiotopônimo, cujo emprego consiste em retratar a história sociocultural de uma época. Essa *taxe* revela as características político-ideológicas do sujeito. Por essa razão, sua presença materializa homenagens a pessoas ilustres, atribuindo seus nomes à denominação do lugar. Podemos citar, como exemplo, a cidade de *Governador Dix-Sept Rosado*, que homenageia o então governador da época pelos serviços prestados em relação ao desenvolvimento econômico da região.

Ainda sobre a influência denominativa, aludimos aos valores religiosos, materializados pelo uso da taxa nomeada de hagiotopônimo. Por apresentar o nome de um santo ou santa da Igreja Católica, no léxico toponímico, o estado potiguar revela um número considerável dessa categoria taxionômica. Essa informação pode significar a conservação dos valores que contemplam, além da cultura, o espaço religioso, que, por vezes, pode ter sido o único socorro de um povo sofrido e persistente diante dos desafios enfrentados na região. Apontamos, nesse caso, *São Miguel do Gostoso*, cidade pertencente à mesorregião Leste Potiguar. Observamos, nesse caso, que o processo de atribuir ao lugar o nome de um santo ou de uma santa da Igreja Católica figura, de certa forma, como uma maneira de expressar a fé de uma comunidade.

Em suma, de acordo com a classificação taxionômica de Dick (1990), os estudos tratados neste trabalho apontam, de modo geral, que os topônimos das cidades do Rio Grande do Norte apresentam aspectos semântico-lexicais, mediante as características individuais de cada lugar, com destaque para a memória do povo norte-rio-grandense que testemunha nos elementos geográficos e culturais os motivos que se relacionam às possíveis influências sobre as seleções dos nomes das cidades. Assim, elencamos, na próxima seção, as considerações finais das discussões evidenciadas neste texto, embora saibamos da incompletude das informações apresentadas, visto que muitos outros percursos serão necessários no devir para que se consiga compreender com profundidade os aspectos culturais, linguísticos e semânticos que envolvem as designações da região potiguar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos nesta investigação, acreditamos ter atendido ao objetivo deste trabalho que se propõe a investigar em que dimensão as escolhas lexicais utilizadas nas denominações das cidades potiguares são influenciadas pelas questões culturais, que circundam os nomes dos municípios, considerando as informações publicizadas no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Cidades. Para tanto, recorreremos, metodologicamente, ao modelo taxionômico adotado por Dick (1990), em conformidade com os aspectos semânticos, apoiados nos valores culturais, em que os sentimentos e os comportamentos do nomeador são materializados na ação de nomear, seja de forma coletiva ou individual.

Destacamos ainda que as denominações das cidades potiguares estão diretamente ligadas a fatores socioeconômicos, religiosos, históricos, como também a fatores subjetivos que podem se relacionar ao comportamento psíquico do designador ou à forma como ele se sente perante a área povoada. Consequentemente, essas questões interferem na nomenclatura atribuída ao lugar, cujas motivações podem não ser do conhecimento de toda a comunidade, sendo, às vezes, até totalmente desconhecidas pela maioria.

Diante das análises realizadas, avaliamos que o percurso traçado neste trabalho deu conta de nossa proposta inicial, pois, conforme evidenciamos as denominações das cidades estão vinculadas ao repertório lexical do nomeador, que, por sua vez, recorre aos elementos supramencionados para nomear os lugares, tomando por base uma visão individual e/ou coletiva. Vimos, de modo geral, a demonstração de uma forte ligação entre a história do lugar e a dos seus

moradores. Diante disso, entendemos que o léxico escolhido para denominar as cidades expressa os valores históricos da comunidade. E, com base nessas considerações, salientamos que esta pesquisa não deu conta de atender a todas as nuances investigativas empreendidas pelo tema e se coloca, ainda, como uma etapa em construção, visto que outros encaminhamentos serão necessários para contemplar as particularidades e as singularidade que envolvem o estado norte-rio-grandense e, conseqüentemente, a história do povo potiguar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANÇADO, M. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHINHOS, P.J. **Toponímia Brasileira. Origens Históricas**. Cadernos do CNLF (Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos), v. XI, n. 2, Livro dos Minicursos. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2007. p. 141-158. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad%2003%20XICNLF.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DICK, M.V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M.V. P. A. **Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)**. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.), *O léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

DICK, M.V. P. A. **Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II**. Revista Trama, v. 3, n. 5, p. 141–155, 2007.

FERRAREZI JÚNIOR, C; BASSO, R. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERRAREZI JÚNIOR, C. **A pesquisa em semântica de contextos e cenários: princípios e aspectos metodológicos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

FERRAREZI JÚNIOR, C. **Metáfora e função de registro: a visão de mundo do falante e sua interferência nas línguas naturais**. *Linha d'Água*. v. 25, n. 1 p. 67-86, 2012.

TEIXEIRA, R.B. **Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia**. *Confins*, Dossiê Rio Grande do Norte, n. 32, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/12355>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

TRINDADE, S.L.B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010. p. 281.

i <https://cidades.ibge.gov.br/>(mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE)